

1 ○ **Comissão Intergestores Bipartite de Assistência Social de Santa Catarina**
2 **(CIB-SC-AS)**. Aos vinte e cinco dias do Mês de setembro de dois mil e
3 dezenove, às dezesseis horas, na Arena Petry, na SC 281, nº 4000 – São José/
4 SC – CEP: 88122-001, durante o Congresso de Prefeitos, realizou-se a reunião
5 plenária ordinária da Comissão Intergestores Bipartite da Assistência Social
6 (CIB-AS-SC) com a presença dos membros: representantes da Secretaria de
7 Estado do Desenvolvimento Social (SDS/SC): Maria Elisa da Silveira de Caro
8 (titular e Coordenadora da CIB/SC); Luciane Natalícia dos Passos (titular e
9 Gerente de Gestão do Sistema Único de Assistência Social), Alexandre Argolo
10 Messa Sampaio (Presidente e Diretor da Assistência Social), e representantes
11 do Colegiado Estadual de Gestores Municipais de Assistência Social
12 (COEGEMAS/SC), Magno Rafael de Borba Muñoz (titular e Presidente do
13 COEGEMAS), Santiago Martin Navia (titular e gestor do município de
14 Gaspar/SC) e Maria Cláudia Goulart da Silva (titular e gestora do município de
15 Florianópolis). Ainda estavam presentes gestores e técnicos municipais,
16 representantes da câmara técnica, associações de municípios, conselhos e as
17 Conselheiras do CEAS Neulci Terezinha Gonçalves (Titular) e Karla Regina
18 Silva (Suplente). A Chefe de Gabinete da SDS, Kelly Dalla Lana, realizou o
19 chamamento e composição da mesa. Em seguida com a palavra o Diretor da
20 Assistência Social, Alexandre Argôlo Méssa Sampaio, saudou a todos (as),
21 desejando uma tarde produtiva. Com a palavra o Presidente do COEGEMAS
22 Magno saudou a todos (as) enfatizando que pela manhã a reunião do
23 COEGEMAS foi mais uma vez um momento de construção e fortalecimento do
24 SUAS no Estado. O Coordenador da CIB Magno Munhõs mencionou a Lei do
25 FEAS, sendo uma das maiores conquistas da política da Assistência Social do
26 Estado, sobre Lei do Fundo de Assistência Social para a Assembleia Legislativa
27 e logo em seguida desejo uma excelente plenária, dando as boas vindas à
28 todos. Dando sequencia da comissão bipartite o Diretor da Assistência Social
29 Alexandre Sampaio, fez à leitura da convocação do Edital de nº 06/2019 da
30 Comissão Bipartite da Assistência Social, bem como dos seus membros e logo
31 em seguida fazendo a apreciação e aprovação da pauta com os seguintes
32 pontos **1º. Verificação da presença e da existência de quórum**, confirmado;
33 **2º. Apresentação, apreciação e aprovação da pauta**, foi informado que a
34 pauta havia sido encaminhada a todos os interessados anteriormente e aberta
35 para aprovação da Pauta e sugerido alguma alteração, a mesma foi aprovada
36 pelo COEGEMAS; **3º. Apreciação e aprovação da ata da reunião plenária**
37 **anterior** foi identificado apenas alguns erros de ortografia e digitação, mas que o
38 conteúdo está de acordo; **4º. Matéria de discussão**: Sobre transborde do INSS,
39 Luciane Passos falou sobre a disposição da sala, por ser ruim e seguiu falando
40 sobre a última CIB de Lages e a CIT/Brasília, onde uma das pautas seria o
41 transborde do INSS e as questões previdenciárias, lembrou sobre uma reunião

42 anterior, entre FECAM, INSS, COEGEMAS, Técnicos do Estado e de Municípios
43 e gostaria que o INSS estivesse presente pela manhã, conforme reunião
44 previamente agendada, mas como não foi possível, nesse momento a Secretária
45 Maria Elisa entrou e se acomodou a mesa plenária, em seguida Luciane leu a
46 Orientação Técnica nº 30/2019, escrita pela Diretoria de Assistência Social, e
47 que seria encaminhada a todos os Prefeitos, Gestores, Secretários de
48 Assistência Social, Equipamentos e Técnicos municipais, a qual oriente que a
49 colaboração entre a Assistência Social e as demandas do INSS deve se limitar a
50 acolhida do usuário por parte das equipes da Assistência Social, identificando as
51 demandas e orientando os usuários aos canais de acesso aos serviços
52 previdenciários, como orientação: as equipes dos CRAS podem fazer oficinas
53 com os Beneficiários instruindo-os como acessar os direitos previdenciários, sem
54 comprometer com isso os serviços socioassistenciais dos equipamentos, foi
55 aberto para discussão, mas ninguém se manifestou; a Secretária foi apresentada
56 e pediu desculpas pelo atraso, pois estava em outra reunião com o Governador
57 em outra sala do evento, falou sobre a importância da reunião, informou que o
58 Ministério Público também estava presente, para conversar um pouco sobre
59 família acolhedora, elogiou sobre a presença de tantas pessoas; Sobre Serviços
60 Regionalizados Proteção Social de Alta Complexidade quem se manifestou foi
61 Magno trouxe o que foi discutido pela manhã, que o entendimento era de que é
62 uma atribuição do Estado, a questão do provimento e custeio da regionalização
63 é do Estado, primeiro ponto seria o acolhimento de criança e adolescente, os
64 municípios estão recebendo um cumpra-se a todo tempo, alguns tem a demanda
65 e não possuem vagas, alguns possuem vagas e não possuem demanda, os
66 custos desse acolhimento são muito altos cerca de R\$400 mil reais, e os
67 municípios não dispõem dessas quantias, no caso de acolhimento para
68 mulheres vítimas de violência nem pagando, não existem locais para
69 acolhimento, e instituição de longa permanência para pessoas idosas e pessoas
70 com deficiência, o entendimento é que seja uma atribuição e responsabilidade
71 do Estado, e deixou a questão para saber como estava essa questão da
72 regionalização? Alexandre Sampaio respondeu que o Estado já responde a
73 muitas dessas questões oriundas do judiciário e hoje tem 20 internações
74 compulsórias, e que hoje existe um grupo de trabalho, que está produzindo
75 material técnico, que envolve a Secretária de Estado do Desenvolvimento Social,
76 a FECAM e Ministério Público, e a reuniões foram paralisadas, pois a nível
77 Federal também estavam discutindo e a preocupação desalinhamento com o
78 que fosse decidido nessa instância, a Secretária Maria Elisa lembra que essa
79 discussão sobre a regionalização foi discutido também á nível de FONSEAS e
80 CIT, as questões do INSS, acolhimento regionalizado também não estão
81 definidos, que alguns locais não estão adequados para acolher essas crianças e
82 adolescentes, quando sugerido contribuições, Janice Merigo também tomou a

83 palavra para fazer uma memória do que havia sido tratado há uns 2 anos,
84 quando a câmara técnica discutia regionalização, e quando a diretora Sandra
85 assumiu, em uma reunião da CIB deixou claro que a Diretoria de Assistência
86 Social retomaria essa função essa obrigação, no sentido de elaborar um plano
87 de ação, pois para se definir uma ação tem que mapear, saber quais são as
88 entidades que acolhem, que de lá pra cá não andou, ela acredita que o Estado
89 precisa coordenar essa questão, chamar COEGEMAS, FECAM, MP,
90 representantes dessas entidades não governamentais e fazer um grupo para
91 retomar as questões e meados do ano que vem já se ter mapeamento, saber
92 quantas vagas existem, e o Estado ao invés de executar direto, executar via
93 entidade, ver a possibilidade de cofinanciar 3, 4 dessas entidades, o Estado já
94 devolveu uma adesão de regionalização, porque ele não tinha nem idéia do que
95 era regionalização, primeiro fazer o plano, para depois pactuar, para depois
96 conseguir fazer as primeira experiências pilotos, os municípios querem a
97 regionalização, e outro assunto era sobre sistema de justiça, e até dezembro
98 vem o documento nacional, um gestor pediu a nível de desabafo trazer a
99 informação de que enquanto a justiça encaminha um adolescente para o Estado
100 encaminha 10 para o município, e que não tem condições de acolher mais essas
101 pessoas e pede celeridade ao Estado para que tome providencias logo,
102 Emanuela, Gerente de média complexidade, lembrou que a regionalização de
103 2014 realmente foi devolvido, que havia sido feito 4 termos de aceite e naquele
104 momento não foi possível o mapeamento, na alta e média complexidade, precisa
105 de um diagnóstico, que foi tudo registrado de forma fragmentada, e por isso a
106 dificuldade na execução, as constantes trocas de secretários dificultou o
107 processo, e que com essa nova gestão, com novo tipo de projeto, existe a
108 possibilidade de que hoje seja mais viável, que existe sim um compromisso e
109 interesse do Estado em fazer o que é necessário ser feito, em 2018 quando
110 Sandra assumiu a Diretoria foi definido que seria feito os estudos de impacto
111 para que fosse possível iniciar os estudos sobre essa situação, e se colocou a
112 disposição para discutir a questão e retomar o grupo de trabalho, Maria Eunice,
113 camara técnica e COEGEMAS, efetivamente desde 2016, diz que não podemos
114 deixar a historia passar, que havia diagnóstico, tudo mapeado, que a alta era
115 mais fácil de se fazer, pois a estrutura já estava criada, as cidades que tinham
116 porte para isso, com séries de itens para isso, que o Estado informou que o
117 Estado não daria conta e devolveu aos municípios para execução, sugeriu que
118 isso fosse levado para câmara nacional, que nacionalmente não existe plano
119 piloto, mas que não pode ser dito que não se tinha diagnóstico, ela disse que
120 tinha sim, ainda possui a documentação, mas a realidade mudou, precisa
121 analisar se a metodologia que foi utilizada na época, se ainda pode ser utilizada.
122 Emanuela, concorda com Maria Eunice, que foi um grande estudo e que pode
123 ser retomado a partir do que se tem, mas realmente mudaram muitos serviços, e

124 o que se está iniciando agora é a questão de um novo modelo a partir do
125 diagnostico antigo, Vânia da Granfpolis, diz que voltou a pauta pois os
126 municípios querem um prazo, que não aconteceu por conta do orçamento do
127 Estado, está sendo confeccionado o plano plurianual do Estado, o Conselho
128 deve estar presente, qual o compromisso do Estado? O que está previsto?
129 Sampaio informou sobre a criação do BI, que vai resgatar todas essas
130 informações para que possamos ter informações de maneira atualizada, e mais
131 precisas, quanto ao prazo, primeiramente será feito grupo de trabalho entre os
132 afins, e convidados as entidades que sejam necessárias consulta para o
133 momento pertinente, Secretária Maria Elisa informa que será compilado dados
134 de todas as Secretarias, sobre a Lei do Fundo que está hoje na ALESC, e ano
135 que vem teremos mais recursos para melhorar o cofinanciamento, com um olhar
136 para essas questões, pois é onde estão os gargalos, Magno propõe que sejam
137 mais práticos, o grupo de trabalho apresenta o prazo para que não seja
138 prolongado e pede objetividade, Luciane informa que a Secretaria tem informes
139 sobre CIT e FONSEAS e sugeriu dividir em 4 pontos, mas todos os itens estão
140 na pauta. Sampaio informa que o GT será composto com a Coordenação da
141 SDS, MP, CEAS, CEDCA, COEGEMAS, FECAM, primeira apresentação na
142 próxima CIB, encaminhamentos a respeito da regionalização, em novembro.
143 Atendimento Migrantes no SUAS, a Diretora de Direitos Humanos, Karina
144 Euzébio, disse já ter sido membro da CIB e da câmara técnica em 2014, fez
145 uma apresentação sobre o que diz respeito aos direitos humanos, sobre as
146 ações 2019, sobre a reforma administrativa no Estado, antes eram apenas o
147 Diretor e um assessor, após a reforma administrativa foram criadas quatro
148 gerências e as gerentes foram apresentadas, a saber: Gerência de Políticas
149 para Crianças, Adolescentes e Jovens – Gerente é a Assistente Social Leticia,
150 Gerencia de Políticas para Pessoas com Deficiência e Idosos – Gerente é a
151 Assistente Social Rose, Gerencia de política para Mulher e Direitos Humanos –
152 Gerente Aretusa, Gerencia de Política para Igualdade Racial e Imigrante –
153 Gerente é a Assistente Social Regina, e tem mais 2 estagiarias Dijamila e
154 Rute,são imigrantes e estudantes de Relação Internacional na UFSC, Santa
155 Catarina é um dos Estados que mais recebe imigrante, e sabendo dessa
156 realidade a Secretária Maria Elisa esteve com o Arcebispo pois as pastorais,
157 igrejas e associações que assumiram esse acolhimento durante muitos anos, a
158 rede irá continuar, mas o Estado vem se preocupar com essa política para
159 atendimento dessa demanda, hoje esta em processo de mapeamento, pois os
160 imigrantes continuam vindo para Santa Catarina, e a cada período é outro ciclo,
161 vem outras pessoas, de outras nacionalidades, não se faz plano sem
162 diagnostico, junto com a FECAM e outros Órgãos, a Diretoria está participando
163 de um GT comissão de Direitos Humanos na ALESC, que se discute a política,
164 com o município de Florianópolis estão articulando, e com a Policia Federal está

165 apoiando, Defensoria Pública do Estado, Defensoria Pública da União, Policia
166 Federal, em cada região o publico migrante é um, totalmente diferente, o BI vai
167 facilitar no diagnostico do imigrante, quem é esse imigrante, pelo CADÚnico
168 existem 5.762 imigrantes cadastrados, 85 nacionalidades de todos os
169 continentes, Karina apresentou prints de como funcionará o BI, os dados que
170 serão possível extrair com agilidade, mesmo sem recurso financeiro com
171 articulação muitas coisas estão sendo feitas, muitos avanços, com apoio da
172 FECAM na região Oeste, foi realizado o Seminário Rede de Proteção aos
173 Imigrantes e Enfrentamento ao Trafego de Pessoas em São Miguel do Oeste em
174 19 de agosto, com a Policia Federal falando da importância de acolhimento, pois
175 ninguém tem o intuito de punir, a idéia é regularizar, Concórdia 21 de agosto,
176 organizado pela Neusa, Chapecó em 23 de agosto, com maior participação do
177 SUS do que do SUAS, curso disponibilizado pela Defensoria Publica da União
178 de capacitação EAD e ainda está sendo ministrado, estendendo para todo o
179 Estado, completo, próxima ação é Web conferencia do imigrante, Seminário da
180 OIM, seminários presenciais em conjunto com a ONU, 21 de outubro será
181 sediado um curso pela policia federal, sobre documentação, em Xanxerê, piloto
182 de um dia, e tentativa de estender para os demais conforme separação da
183 FECAM; **5º. Informes: • Eleições dos Conselhos Tutelares – 06 de outubro –**
184 **Processo de escolha** Dr. João cumprimentou a todos e sugeriu que todos
185 conheçam os indicadores, falou sobre a eleição dos Conselheiros Tutelares,
186 falou sobre a data, horário e onde encontrar informações sobre a eleição,
187 elaboração da minuta de projeto de Lei, para regulamentar os Conselhos
188 Tutelar, pois o Estatuto não estão dando conta das demandas, os quais foram
189 enviados aos municípios no inicio do ano, parceria com TRE, para utilização das
190 Urnas, pediu divulgação pois as pessoas não sabem que podem votar, e com
191 isso poucas pessoas votam e muitos que se elegem são os que muitas vezes
192 não tem compromisso, não conhecem a legislação, lembrou da importância da
193 divulgação e da votação consciente, para que o processo seja tranqüilo no dia
194 06 de outubro, para que os eleitos tenham comprometimento e qualidade no
195 atendimento - **Secretaria do Desenvolvimento Social - SDS e COEGEMAS •**
196 **Pauta da CIT** Secretaria disse que fomos surpreendidos com uma pauta
197 diferente da que foi solicitada, foi boa e pertinente, mas esperava que fosse
198 discutido sobre PPCAM, INSS, PETI, mas foi diferente do que foi combinado na
199 ultima CIT, 1bilhão para 2020, os Estados que não tem frente parlamentar em
200 defesa do SUAS, apenas 7 possuem e nós temos, que façamos coro para que
201 seja arrecadado mais recurso para Assistência, 04 propostas para arrecadar
202 recursos da “lava jato”, mas veio apenas para o PETI, sobre INSS, os
203 beneficiários precisam se adequar as novas formas de acessar o INSS,
204 capacitação para as equipes que farão atendimento, sendo capacitados pelo
205 Governo Federal, foi identificado que alguns Estados estavam fazendo esse

206 atendimento, assinando o termo de cooperação entre INSS e municípios, pediu
207 cuidado para que nesses termos contenham apenas o BPC que é da nossa
208 competência, e após isso, exigir capacitação e recurso, tangenciar a Lei da
209 escuta, marcar limites do poder judiciário, buscando regulamentação com o
210 sistema judiciário, alinhando com todos os Estados, pedido de capacitação para
211 escuta qualificada, nova política de combate as drogas no Brasil, mas via de
212 forma positiva • **Alteração dos Membros Governamentais da CIB**, foram
213 anunciados • **Cofinanciamento 2019**, até o momento 264 estavam habilitados e
214 os demais ainda precisavam encaminhar, será adiantado o recurso, todos
215 concordaram, municípios que não entregaram a documentação no tempo hábil o
216 recurso será repartido • **Curso EAD sobre Trabalho Escravo**, ministrado pela
217 escola do Ministério Público • **Sipia CT / Sipia Sinase** Portaria Fabiula
218 Coordenadora Estadual está sendo capacitada em Brasília • **Curso EAD SAGI –**
219 **Medidas Socioeducativas em Meio Aberto**, no site do MDS • **Documentação**
220 **dos veículos** Esmael informou que já está na SEA, e até final do ano já tenha
221 sido repassado para todos os municípios • **Conferência Estadual de**
222 **Assistência Social – CEAS** Magno expôs que Estado possui recurso e com
223 isso seria possível custear a alimentação e transporte dos delegados não
224 Governamentais, Sampo comunicou sobre a incongruência de suas funções,
225 como Presidente do CEAS e Diretor de Assistência Social, Secretária disse que
226 essa Conferência não estava prevista, pois não existia recurso, mas que foi
227 acordado em plenária que seria feito de forma extraordinária, nas condições que
228 se tinha estabelecido, e agora a sociedade civil pede inversão, Janice disse que
229 a necessidade era de um café em um momento de acolhida, o fato de ser na
230 ALESC da visibilidade para a Assistência, espera que até lá a Lei do FEAS
231 tenha sido aprovada, mas caso não tenha sido que é o momento para pressionar
232 e cobrar a aprovação, e para finalizar o custo para alimentação para o dia, que a
233 tentativa é a de que seja a melhor possível, dos 21 Estados que farão a
234 conferência, boa parte delas não estará alinhado com a União, na conjuntura
235 não favorece a realização da conferência, o Gestor de Concórdia se apresentou
236 e disse que entendem que o gargalo mais uma vez ficou para os municípios, e
237 tem medo que mais uma vez os custos fiquem para os municípios e não ter a
238 presença da sociedade civil, para que não seja somente GOV. isso fica difícil
239 explicar na comunidade, possibilidade de contemplar também a presença da
240 Sociedade Civil, para complementar, uma das participantes lembrou que a
241 algum tempo se tem esses problemas de recursos, o Estado precisaria ter visto
242 que o município mais uma vez que precisa arcar com a vinda de representantes
243 não governamentais, Secretária disse que essa gestão herdou a administração
244 passada, a qual não contemplava recurso e orçamento para esse ano fazer a
245 conferência, mas que esta sendo assumido por conta da importância da mesma,
246 que todos tinham essa informação, o Estado fará em 3 etapas para que

247 aconteça, pois todos sabiam sobre essas questões, ninguém foi enganado, que
248 a alimentação o Esmael conseguiu, mas com relação ao Cofee brack ainda
249 estava em tratativas, pediu bom senso de todos e um pouco de paciência,
250 Sampaio lembrou que a CIB é um momento tenso e respeitoso ao mesmo
251 tempo, como deve ser, e estendeu a fala para Presidente do COEGEMAS
252 Magno e para Secretária para finalizar a reunião • **Lei do FEAS** Magno pediu um
253 momento para que Santiago falasse sobre o Lei do FEAS, um agradecimento,
254 iniciou dizendo que o nome da Secretaria ficará marcado na História, que
255 transmitisse ao Governador, que gostaria de agradecer pois é uma conquista
256 para a Política Pública Estadual e para todos • **Data das próximas reuniões**
257 Magno lembrou para aprovação da próxima data para próxima CIB, que
258 ocorreria em Chapecó em 31 de outubro e em Porto Belo, 27 de novembro para
259 a Secretaria não teria problemas, todos concordaram com as datas, agradeceu e
260 encerrou agradecendo a todos. Censo SUAS 2019 • **Questionário de Custos**
261 **dos Equipamentos • Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos**
262 **– SCF • Família Acolhedora para pessoas idosas e com deficiência.** O
263 Presidente do COEGEMAS Magno Rafael de Borba Muñoz, o Diretor de
264 Assistência Social senhor Alexandre Argolo Sampaio e posteriormente a
265 Secretária de Estado da Assistência Social Maria Elisa da Silveira de Caro
266 finalizaram a reunião agradecendo a presença de todos. Nada mais havendo a
267 tratar, eu Renata Silva, Secretária “Ad hoc” da CIBSC, lavrei a presente ata, cuja
268 gravação encontra-se nos arquivos da Secretaria Executiva da CIB-AS-SC.